

# HERNAN CHAIMOVITCH

## “NÃO EXISTE NO ESTATUTO OU REGIMENTO DA USP PROCEDIMENTO QUE DEFINA AVALIAÇÃO”



**M**uito obrigado à Adusp, muito obrigado aos companheiros da mesa, é um prazer estar aqui. A primeira coisa que eu tenho que dizer é que recebi uma carta da Adusp dizendo que eu estava sendo indicado pela Reitoria. Na verdade não fui indicado pela Reitoria, e isto tem que ser muito bem clarificado “de cara”. Eu estou aqui por vários motivos. Primeiro estou aqui na minha qualidade de antigo diretor da Adusp. Eu estava conversando com os colegas, antes, que parcela importante da responsabilidade de a Adusp ter a estru-

tura que tem hoje foi instalada em nossa diretoria, há quase vinte anos, quando, sob a presidência do Ernesto Hamburger, instalou-se um novo sistema de cobrança, em que os professores eram descontados. Então estou aqui como diretor da Adusp, não sou representante da Reitoria, não fui nomeado como representante por ninguém. Também estou aqui porque sou professor titular da Qui-

mica. Também estou aqui porque sou membro da diretoria da Academia Brasileira de Ciências. E também estou aqui porque sou pró-reitor de Pesquisa da USP. Agora, separar as coisinhas, dizer que um dia eu visto uma ca-

miseta e outro dia visto outra, é uma questão que a gente não faz, especialmente quando não tenho uma representação oficial da Reitoria da USP. Posto isso, vou fazer uma introdução curta, vou tentar falar durante quinze minutos, às vezes não consigo, me avisem se estou excedendo o tempo. Então vamos pensar, e a intenção é, num ambiente como esses, ao qual estou absolutamente acostumado —

ambiente em que o debate acadêmico é fundamental, e em geral rico —, começar pensando em que é liberdade acadêmica, porque me parece que isso tem a ver com o tema da avaliação. E vou ler um pouquinho, porque às vezes eu esqueço e ocupo mais tempo, mas vocês me permitem ler só um pouquinho.

Para mim a liberdade acadêmica na Universidade tem origem no direito da Humanidade de prosseguir, em toda parte, na busca de verdades sem constrangimento. Não é, portanto, um privilégio de casta, de instituições, ou dos professores ou estudantes ou funcionários. Não é um direito de perceber uma remuneração justa por exercer um trabalho prazeroso, que acho que é um direito natural de todos. Não é, também, um direito de extraterritorialidade, que permita a estudantes, funcionários e professores se subtraírem ao direito comum. A liberdade acadêmica não assegura nem imunidade, nem impunidade a respeito das leis. Também não poderia se reduzir a um privilégio de casta, permitindo a uma oligarquia qualquer se perpetuar na Universidade sem controle. O direito de professores, estudantes e funcionários se baseia na sua relação com a verdade, e qualquer direito da Humanidade não é anárquico, nem oligárquico, nem corporativo. A liberdade acadêmica, portanto, pode ser defini-

***“O processo de avaliação numa Universidade deve ter objetivos claros, metodologias definidas, conseqüências muito bem definidas, e sobretudo aceitação interna prévia. O objetivo aceito da avaliação é alcançar objetivos previamente pactuados dentro da organização”***

da positivamente pela responsabilidade, transferida à Universidade pela sociedade, de uma forma de organizar conhecimento, estender o conhecimento e transmiti-lo. A pesquisa, o ensino, a extensão, o saber crítico, a liberdade de cátedra e a autonomia são simplesmente expressões dessa responsabilidade. A Universidade é portanto um espaço, criado por uma sociedade, onde a liberdade acadêmica deve ser exercida no contexto da responsabilidade social transferida.

Dito isso, é interessante ler algumas frases de um autor que eu gosto, quando ele escreve sobre a Universidade, que é o Cristóvam Buarque. Vou ler quatro frases, só: “A idéia de competência como sinônimo de sabedoria, de inteligência para responder aos desafios intelectuais, de capacidade para realizar a finalidade que a Universidade propõe: no atual momento,

ser competente é ter, ou procurar ter, sabedoria diante da crise intelectual, social, cultural, econômica e ecológica que o mundo atravessa”. Segunda frase: “- Não existe Universidade provinciana. Sem a percepção do permanente compromisso universal, um centro de ensino não é universitário. No Brasil, para cumprir seu papel social de formar o saber necessário para a construção da sociedade desejada, a Universidade não deve perder de vista seu compromisso de servir o social com o saber que gera”. Por último, estou citando sempre o Cristóvam Buarque: “No ensino, o problema não é a relação professor-aluno, mas a falta de uma avaliação rígida sobre cada professor. Mesmo não havendo muitos, são muitos os professores que não produzem na Universidade”. Isso coloca o tema. Isso posto, vamos falar de avaliação.

O processo de avaliação numa Universidade, como qualquer outra instituição, deve ter objetivos claros, metodologias definidas, conseqüências muito bem definidas, e sobretudo aceitação interna prévia. O objetivo aceito da avaliação é alcançar objetivos previamente pactuados dentro da organização que, numa instituição pública, devem corresponder também aos objetivos que a sociedade propõe ao fundar e financiar a instituição. Os resultados do processo de avaliação devem ser conse-

qüentes com o objetivo, isto é, classificar o objeto avaliado com relação ao objetivo que se busca; fornecer instrumentos de fomento quando os objetivos não são alcançados; e sobretudo estímulo para aqueles que alcançam os objetivos pré-definidos. Pensando nesse marco, o Estatuto de fundação da USP, em 1934, definia como objetivos da USP: “a) promover a pesquisa científica e estimular a criação literária e artística; b) transferir através do ensino conhecimento ou valor cultural; c) preparar profissionais com base científica, literária ou artística; d) propagar as ciências, as letras e as artes; e) estimular a cooperação no trabalho intelectual”. Quando a gente pula para 1988, os fins da USP mudam. São: “1) promover e desenvolver todas as formas de conhecimento por meio do ensino e da pesquisa; 2) ministrar o ensino superior, visando a formação de pessoas capacitadas ao exercício da investigação e do magistério em todas as áreas do conhecimento, bem como a qualificação para as atividades profissionais; 3) estender à sociedade serviços indissociáveis das atividades de ensino e pesquisa”. Agora, com os objetivos da Universidade estabelecidos, tanto no ano 1934 como no ano 1988, o Estatuto da USP de 1988 diz o seguinte: “compete ao Conselho Universitário planejar, acompanhar e avaliar o desenvolvimento de todas as atividades da Universidade, provendo meios para o seu aperfeiçoamento”. No artigo 104: “O regimento de cada unidade disporá sobre a reavalia-



ção quinzenal de todos os docentes, no que se refere às atividades de ensino, de pesquisa e de extensão de serviços, respeitando o disposto no Regimento Geral”. Aí a gente procura a palavra avaliação no Regimento Geral, e não acha, porque o Regimento Geral diz: “A avaliação da produção dos docentes será feita pela Comissão Permanente de Avaliação, cuja composição e normas serão fixadas pelo CO”. Conclui-se, portanto, que apesar de que a Universidade fixa com certa clareza, que depois a gente pode discutir, objetivos, não existe no Estatuto ou Regimento da USP um procedimento que defina avaliação no sentido que eu defini anteriormente.

Agora, quando a gente pensa avaliação na Universidade, pode pensar em vários níveis. Você pode pensar numa avaliação institucional. Essa avaliação na verdade é muito recente, foi definida neste ano pelo Conselho Estadual de Educação, esse processo está em

andamento e deve se completar em um ciclo de cinco anos. Pode-se definir avaliação em um nível departamental também. E a USP na verdade tem experiência no exercício da avaliação departamental conduzida pela Comissão Permanente de Avaliação. Um dos comentários que têm que ser feitos a respeito começa pela observação de que, apesar de ter sido um instrumento de alguma forma bem conduzido, sofreu de muitos acidentes de percurso. Primeiro: faltou uma definição clara dos efeitos da avaliação, sobretudo quanto ao fomento, mas também como esse instrumento de avaliação, que media a distância entre posição presente e objetivos, ia servir como estímulo. Segunda observação: foi um processo extremamente lento. O processo de avaliação departamental pela CPA começa no ano 1992 e termina no ano 2000. Avaliar desta forma de departamentos, é óbvio, se começa em 1992 e termina em 2000, e só

depois de 2000 vem os efeitos, que vamos fazer com a avaliação de 1992? Os resultados do processo não foram até hoje analisados de uma forma que seja compatível com a imensa riqueza do material coletado. Apesar disso, quando se olham os dados referentes à pesquisa e ensino (e aqui acho absolutamente conveniente adicionar que os dados de extensão, por uma falta de clareza interna sobre a natureza da extensão nesta Universidade, não podem ser incluídos na análise de jeito algum), e comparando com uma outra avaliação que não tem nada a ver com a avaliação da CPA, que é a avaliação que a Capes faz sobre os cursos de pós-graduação da Universidade de São Paulo, e fazendo as correções necessárias, se vê (e cada um de vocês pode ver, porque isso está publicado na *home-page* da Pró-Reitoria de Pesquisa há mais de dois anos) que o ritmo das avaliações, isto é, a posição relativa das unidades com respeito à avaliação departamental e à avaliação pela Capes, é idêntico.

São instrumentos muito diferentes, um avalia a pós-graduação, o outro avalia pesquisa e ensino, contudo as unidades, quando convenientemente corrigidas, se colocam na mesma ordem. Alguém pode dizer: “Qual é a graça? Avaliação de pós-graduação não tem nada a ver com graduação”. Os dados internacionais

***“A gente não pode reinventar a roda. A única forma de avaliação que tem dado certo no mundo inteiro, aceita internamente, com mecanismos definidos e com resultados conhecidos, é a avaliação do docente individual no seu departamento. Não existem exceções no mundo”***

mostram que esse é um erro profundo. Quando, nos países que avaliam qualquer coisa, se coloca, num gráfico qualquer, posição relativa do curso na graduação, posição relativa do curso na pós-graduação, existe uma correspondência absoluta. Cursos de pós-graduação muito bem colocados numa ordem qualquer têm o curso de graduação igualmente colocado. Portanto, a correspondência entre a avaliação da CPA dos departamentos e a avaliação da Capes deveria levar a gente a pensar que essa experiência é rica e pode servir de base a uma avaliação departamental conseqüente. Conseqüente quer dizer o seguinte: objetivos bem definidos, muito bem aceita pela estrutura interna, e resultados que sejam compatíveis com a discussão inicial dos objetivos, mantendo sob observação todos os mecanismos de avaliação. Por último, a gente chega a anali-

sar o tipo de avaliação que, sem existir na USP, tem causado no mínimo espécie e problema político na Universidade, que é a avaliação individual. De novo, se a gente olha o Estatuto ou o Regimento, não existe, insisto, mecanismo de avaliação individual que seja aceito por todo mundo e que avalie todo mundo. Isso não está definido no Estatuto, não está definido no Regimento. Agora, como manter o foco no Brasil e a referência no mundo? De preferência a gente não pode investir energia para reinventar a roda. A única forma de avaliação que tem dado certo no mundo inteiro, avaliação que seja aceita internamente, com mecanismos definidos e com conseqüências ou resultados conhecidos, sobretudo em termos de fomento, é a avaliação do docente individual no seu departamento. Não existem exceções no mundo com relação a esse mecanismo.

Ora, aqui temos um problema sério. E temos um problema sério quando a gente pensa Brasil. É difícil pensar na USP sem pensar no Brasil, se alguém tenta fazer esse exercício acho que está perdendo tempo. Neste país existe uma federação complicada, comparável, de certa forma, à federação que constitui a USP. É uma federação, o Brasil, que até pouco tempo atrás permitia aos Estados, por mecanismos não declarados, emitir dinheiro. Se isso daí é uma fe-



deração, no mínimo é uma federação não costurada. Que isso tem a ver com o problema da avaliação individual? Que tem a ver com uma proposta de avaliação individual discutida aqui dentro, que dê liberdade ao departamento de fixar suas metas, seus mecanismos, a forma como isso é feito, que tem a ver com a Lei de Responsabilidade Fiscal recentemente instalada no Brasil? A correlação é óbvia. De uma forma ou outra, aquilo que o departamento diz que faz para avaliar tem que ser mostrado para os outros departamentos. Aquilo que o departamento faz para avaliar, e a relação entre a forma como o departamento avalia e a sua prática, tem que ser conhecido por todos. Não pode se sustentar, numa federação conseqüente, uma ruptura entre os objetivos e a missão da Universidade e os objetivos e a missão de qual-

quer departamento. Portanto, uma avaliação individual conseqüente na Universidade de São Paulo tem que contemplar a racionalidade e sobretudo a conseqüência dessa federação de departamentos.

Tem que ter um foro discutido nas instâncias legítimas, centrais, em que essas coisas sejam colocadas, em que a comparação de critérios de avaliação entre departamentos seja discutida, e sobretudo em que em algum momento exista correlação entre o discurso da avaliação departamental individual e a sua prática. Isso é fundamental porque, se nós não queremos um sistema totalmente centralizado, nós não podemos pensar que a ditadura centralizada só se exerce no poder central. A violência individual local, num sistema autoritário, é muitas vezes maior que a violência central do mesmo sistema, se expressa de outras formas.

E portanto junto com o sistema de avaliação individual central no departamento, junto com uma comparação entre os propósitos do departamento e o propósito da Universidade, junto com o acompanhamento da conseqüência entre a vontade de avaliar por um critério explícito e a prática da avaliação individual, tem que ter um esquema recursal que proteja o docente do seu departamento, sim. Porque quando existe um sistema centralizado se pensa que o problema com a democracia se exerce só no nível central. Na verdade, isso se estende ao nível local, e a ditadura local às vezes é muito mais perniciososa que o poder central. Essa é a forma que eu vejo avaliação individual na Universidade, essa é a forma que eu considero correta, um aumento de nível da discussão política quanto à avaliação na USP. Acabou. **RA**